

AS MAMOAS FUNERÁRIAS
DO NORTE DE PORTUGAL
(DO NEOLÍTICO À IDADE DO BRONZE ANTIGO)
COMO ELEMENTOS INDICADORES
DE UMA PROGRESSIVA COMPLEXIDADE SOCIAL:
ESBOÇO PRELIMINAR DA QUESTÃO(*)

Por Vítor Oliveira Jorge(**)

Abstract

Burial barrows of Northern Portugal

In the north of Portugal, more than 1000 late prehistoric barrows are known. The common feature of these monuments is the mound, which makes them noticeable in the landscape. These mounds generally occur in clusters, forming a necropolis. This paper intends to use a social archaeological approach in the interpretation of these burials, and to start tracing the progressive hierarchization in the communities of late prehistoric Northern Portugal.

* Comunicação apresentada ao 90th Annual Meeting da American Anthropological Association (Chicago, Nov. 1991). O autor agradece à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, aos Serviços Culturais do M.N.E. e à Comissão Cultural Luso-Americana o apoio concedido.

** Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Univ. Porto, Portugal.

1 — Introdução

É sabido, particularmente a partir dos exaustivos trabalhos do casal Leisner, como o fenómeno megalítico teve, no território português, uma das suas mais densas manifestações europeias. Porém, durante muito tempo, o estudo destes monumentos funerários concentrou-se sobretudo nas estruturas internas (câmaras, corredores) e nas oferendas funerárias, normalmente algo revolvidas, que poderiam conter. O objectivo era duplo: através de uma tipologia arquitectónica pretendia-se estabelecer, frequentemente segundo uma visão evolucionista, a posição de cada monumento num processo de desenvolvimento do simples para o complexo; por via do estudo dos espólios visava-se articular os túmulos com o todo cultural, entendido de modo monotético: um conjunto de artefactos característicos de uma certa época e região. Dessa maneira conseguir-se-ia determinar por quem (por que «cultura») e quando teriam os túmulos sido construídos e usados, incluindo eventuais reutilizações posteriores. Desde um ponto de vista das nossas problemáticas actuais, orientadas para uma compreensão mais globalizante da realidade pré-histórica (nomeadamente nos seus aspectos sociais e mentais), estes objectivos poderiam ser considerados pobres, mas a verdade é que os vários milhares de túmulos existentes no território português, muitos nas áreas mais inacessíveis deste, e sem conexão evidente com povoados coevos, levantavam aos arqueólogos um difícil problema prático de investigação. Duas outras facetas da questão poderiam eventualmente ter enriquecido a problemática, sobretudo no sentido de passar dos objectos às acções e às intenções dos seus autores: os restos osteológicos humanos e a «arte megalítica», esta bem patente (através de gravuras e/ou pinturas) nos esteios de certos dólmens. Os primeiros permitiriam em princípio reconstituir o tipo físico e, pelo menos parcialmente, os rituais funerários dos construtores de mamoa megalíticas; mas eram manifestamente raros (dada a natureza ácida da maior parte dos solos) e, quando presentes, ocorriam, como o restante espólio, de forma incompleta ou revolvida. Quanto às gravuras e pinturas, elas concentram-se sobretudo nas áreas Centro-Norte (Beira Alta e parte da Beira Litoral) e Norte do país, precisamente aquelas em que só tardiamente se iniciaram os estudos megalíticos de forma mais regular. De facto, o megalitismo português foi durante muito tempo associado à província do Alentejo (onde, por ex., os Leisner iniciaram as suas escavações sistemáticas), parecendo desconhecer-se o rico potencial que constituíam as mamoa e dólmens das Beiras e do Norte, circunstância que tem a ver com uma maior concentração de arqueólogos na capital. É significativo que só nos anos setenta E. Shee Twohig (cuja obra foi publicada em 1981) tenha feito um levantamento

exaustivo e rigoroso da arte megalítica então conhecida. Mas é evidente que um trabalho dessa natureza, em si mesmo utilíssimo de um ponto de vista documental, não poderia ter ido muito longe na interpretação do complexo fenómeno funerário em causa.

O grande número, frequente inacessibilidade, e variedade de monumentos existentes, por um lado, e a sua, em regra, má conservação, associada a uma relativa escassez ou inexpressividade de espólios (salvo casos excepcionais, sobretudo do Sul e Centro do país), por outro, cedo tornou o tema dos monumentos megalíticos pouco atractivo para muitos investigadores. A inexistência de um quadro crono-estratigráfico seguro para a Pré-história portuguesa e uma cada vez maior preocupação com a reconstituição dos aspectos económico-sociais do passado, encaminhou diversos jovens arqueólogos dos anos setenta para o estudo dos povoados, onde à partida aquelas lacunas poderiam ser mais facilmente resolvidas. Só nos finais dos anos setenta, início dos anos oitenta, se terá tornado evidente que a pesquisa pré-histórica não progrediria de forma significativa enquanto se não estruturassem equipas de investigação interdisciplinares, concentradas em áreas bem definidas do território, e trabalhando sistematicamente em vários tipos de estações (povoados, túmulos, locais com arte rupestre, etc.) com um objectivo, ou programa, comum. Infelizmente, o tradicional individualismo dos investigadores e a falta de incentivo por parte das instituições, em suma, o «pensar pequeno» tão característico da nossa tradição não têm favorecido, como seria de esperar, esses projectos plurianuais de investigação que, como o da Serra da Aboboreira, no Norte de Portugal, se esforçaram por realizar um estudo do megalitismo português em novos moldes. Basicamente, os trabalhos de fundo ainda se continuam a fazer no seio das Universidades, sob a forma de teses de doutoramento ou de mestrado, não havendo, por parte do Instituto do Património, qualquer capacidade (quer técnica, quer financeira) de resposta às graves ameaças que impendem sobre os monumentos megalíticos portugueses, e muito menos no que toca ao seu estudo, conservação e publicação, salvo alguns casos isolados que são apenas excepções a confirmarem a regra. Ora a importância científica e patrimonial daqueles monumentos — alguns dos quais são (ou eram...) dos mais belos dólmenes pintados conhecidos — excede em muito o mero interesse nacional.

2

Uma das consequências da execução de projectos sistemáticos como o da Aboboreira, ou da realização de escavações em áreas menos conhecidas do país, como, por ex., na área oriental de Trás-os-Montes, foi a percepção clara de que se não poderiam identificar com o megalitismo

(pelo menos em sentido estrito) todas as mamoadas pré-históricas existentes no nosso território. Estes montículos (quer se insiram em «necrópoles» onde há também dólmenes, quer não) podem ser construídos de diferentes formas, esconder variados tipos de estruturas internas, e estar relacionados com comunidades que suspeitamos serem muito diversificadas na sua organização social e na própria intenção com que erigiam ou utilizavam os *tumuli*. No entanto, todas as construções em causa neste texto são mamoadas cuja finalidade era, em princípio, funerária (embora o seu significado simbólico transcendesse largamente esse objectivo), e que se podem *grosso modo* colocar cronologicamente entre o Neolítico Médio/Final (meados do IV.º milénio a.C.) e o fim da Idade do Bronze Antigo (meados do II.º mil. a.C., sempre em datas não calibradas).

Os mais antigos, e podemos dizer, a maioria dos túmulos dolménicos conhecidos no Norte de Portugal (área situada entre a fronteira galega e as franjas de território ao sul do Douro inclusive, ou seja, genericamente correspondente às províncias do Minho, Douro Litoral e Trás-os-Montes e Alto Douro) é de pequeno porte, sobretudo no que à estrutura propriamente megalítica diz respeito, isto é, à câmara funerária. Por ex., a mamoad do Monte da Olheira, na Serra da Aboboreira (Cruz, 1986), datável, pelos dados actuais, de meados do IV.º milénio a.C., apresenta um diâmetro de c. de 13 m. e restos de uma pequena câmara megalítica, com esteios de apenas 1 m. de altura. Na mesma necrópole, a mamoad 1 de Cabritos (Jorge e Vilaça, 1985), cuja data desconhecemos, tem um diâmetro de c. de 10 m. e envolve um dólmen fechado, cujo maior esteio conservado não atinge 1,5 m. de altura; a diagonal da área sepulcral, de formato poligonal, teria no máximo 1,20 m., sendo legítimo perguntarmo-nos se alguma vez se teria destinado a enterramento colectivo; quanto a nós, inclinar-nos-íamos a responder pela negativa. Noutros monumentos verifica-se uma certa ampliação das dimensões referidas, como nas mamoadas 2 e 3 de Outeiro de Gregos, por ex. (Jorge, 1979; Jorge, 1980), e por vezes um nítido alongamento da câmara, que continua a manter-se fechada (mamoad da Mina do Simão, de c. de 3.200/3.100 a.C. — Jorge, 1985), embora, note-se, não esteja excluída, em casos mais raros, a possível presença de «entradas» simbólicas, mesmo em dólmenes de pequeno ou médio porte (Meninas do Crasto 2 — Jorge, 1983, ou Outeiro de Ante 3 — Jorge, 1980). Este panorama é o preponderante naquele conjunto do distrito do Porto, mas certamente poderá estender-se a muitas outras áreas nortenhas com concentrações megalíticas, logo que estas forem sistematicamente estudadas, o que evidentemente implica atender-se tanto aos pequenos como aos grandes monumentos. Estes últimos tendem a suscitar mais o interesse dos investigadores, sendo também os que tiveram maiores probabilidades de escaparem às sucessivas depredações que, sem dúvida, em

muitas áreas, «varreram do mapa», pura e simplesmente, as construções mais modestas, apenas deixando ao nosso estudo a «ponta de um icebergue» que convém não tomar pelo icebergue inteiro.

Durante, portanto, a segunda metade do IV.º milénio e os inícios do III.º milénio a.C., os planaltos do Norte de Portugal (sobretudo no Minho, Douro Litoral e na área ocidental de Trás-os-Montes) assistiram à construção de importantes necrópoles, constituídas por mamoadas que normalmente se foram agrupando em pequenos núcleos. A maior parte dessas mamoadas envolveria um investimento de energia humana relativamente modesto: para continuarmos a dar exemplos da Serra da Aboboreira, a mamoadá 2 de Meninas do Crasto, datada de c. de 3.300 a.C, com um diâmetro de c. de 9,5 m. e uma pequena câmara poligonal, não teria exigido mais do que uns 20 homens para arrastar os seus esteios, enquanto que apenas uns 17 homens teriam podido realizar a mesma tarefa na Mina do Simão, acima citada. Já no que toca à totalidade do tempo empregue para erigir os montículos, o de Meninas 2 corresponde a um investimento de c. de 26 dias (de 8 horas úteis), enquanto que o da Mina do Simão, com 16 m. de diâmetro, a c. de 113 dias de trabalho. Logicamente que a duração real de cada obra dependeria do número de braços empenhados na edificação dos *tumuli*, número esse que até podia ser menor do que o exigido em simultâneo para o arrastamento dos esteios. Mas as ordens de grandeza apontadas têm de ser vistas como meras tentativas de aproximação de uma realidade muito difícil de reconstituir por nós, uma vez que nos faltam diversos factores para podermos fazer cálculos exactos.

Estas edificações, que deveriam considerar-se excepcionais (a maioria dos defuntos não seria enterrada em dólmenes, mas nouro tipo de sepulturas menos visíveis no registo arqueológico) estavam ao alcance, em termos técnicos e de energia investida, de pequenos grupos, pequenas comunidades auto-suficientes e eventualmente dispersas no território, uma vez que não possuímos quaisquer indícios de povoados estáveis e concentrados. Tais grupos, da ordem, talvez, de uma centena de pessoas (evidentemente que sobre este aspecto não temos dados minimamente seguros) explorariam terrenos agrícolas, de pasto, e de caça/recolocção não muito afastados dos seus locais de residência (unidades domésticas ou casais? pequenos lugarejos?) e dos próprios túmulos onde repousavam os seus ancestrais. Esses túmulos constituiriam uma marca simbólica de posse sobre o território, e ao mesmo tempo representariam a tradição e a estabilidade, por oposição ao aleatório da vida quotidiana e à mobilidade dos sítios habitados, mobilidade essa que poderia ter sido imposta pelo esgotamento periódico dos solos devido à prática de queimadas. É possível, pois, que o território de captação de recursos de cada comu-

nidade, cujos membros se reclamariam de um antepassado comum, tivesse, sobretudo em zonas com planaltos intervalados por rios, como no Entre-Douro-e-Minho, uma forma tendencialmente mais alongada do que circular, por forma a abarcar diferentes «patamares» ecológicos, incluindo terrenos de pasto, de agricultura, de implantação de habitats em sítios abrigados, e de caça/recollecção. Neste contexto, não surpreende a opção por sítios mais altos para a colocação das mamoaas, pois esses seriam locais dominantes e emblemáticos dentro do território, considerados sagrados até pela sua altitude relativa, e pelas amplas paisagens (incluindo necrópoles vizinhas) que deles se enxergariam, tanto quanto as florestas esparsas de carvalhos que os deveriam cobrir permitiam tal visibilidade. Claro que estas sugestões hipotéticas, inspiradas pelo exemplo da Aboboreira e de muitas outras necrópoles congêneres, não podem de modo algum generalizar-se ao Norte de Portugal no seu conjunto, onde toda uma variedade de situações topográficas, em relação com os túmulos, nos alerta para o facto de que a realidade não foi, de modo algum, assim tão simples.

Entretanto, a par dos montículos dolménicos foram ocorrendo, no Norte do país, monumentos com *tumulus* cobrindo outros tipos de estruturas internas (ou, mesmo, enterramentos feitos directamente sobre o solo, sem qualquer «cavidade» funerária, subterrânea ou aérea). No conjunto de sítios escavados modernamente, o primeiro a revelar-se com tais características foi a mamoa 2 de Chã de Santinhos, na própria Serra da Aboboreira, a poucos metros de uma mamoa megalítica (n.º 1 do mesmo núcleo) (Jorge, 1985). Tem uma planta sub-circular, com ligeira tendência para a elipse (eixos maior e menor de 15 e 13 m. respectivamente). Ao centro, uma acumulação estruturada de pedras cobria um «piso» de saibro calcado e sob este encontrava-se uma fossa em forma de poço, com cerca de uns 2 m. de profundidade. Este monumento está datado de c. de 3.000 a.C, tal como aliás a mamoa dolménica sua vizinha, sendo portanto contemporâneo de outros da necrópole aboboraica que se localizam cronologicamente na charneira do IV.º e III.º milénios, como Outeiro de Gregos 2 ou Meninas do Crasto 3 (Jorge *et alii*, 1986; Jorge *et alii*, 1988).

Mas este tipo de monumentos, que como se vê pode surgir «infiltrado» nas necrópoles megalíticas (na realidade muito mais polimorfas do que a simples observação superficial, sem escavações, deixaria adivinhar), tende também a ocorrer noutras áreas no Norte do país de forma aparentemente dominante, tanto quanto as escavações recentes no concelho de Mogadouro o permitem afirmar (Sanches, 1987; Sanches *et alii*, 1987; Sanches *et alii*, 1992). Referimo-nos às mamoaas de Pena Mosqueira 3, com um enterramento feito directamente sobre o solo de base, e às mamoaas do Barreiro e de Pena do Mocho 2, providas de fossa ou poço

central, selado por um bloco de pedra (Barreiro) ou por um lajeado (Pena do Mocho). M.^a de Jesus Sanches e colaboradoras calculam que uma dezena de homens poderia ter construído os monumentos de Pena Mosqueira e do Barreiro em pouco mais de uma semana, e o da Pena do Mocho numa dúzia de dias, o que de novo se articula bem com a ideia de pequenas comunidades a que atrás nos referíamos. Quanto à cronologia, as mamoas de Pena Mosqueira (única datada pelo C14 — Sanches, 1989) e do Barreiro são colocadas por aquelas autoras na viragem do IV.^o para o III.^o milénio a.C., podendo ser também essa a época aproximada da de Pena do Mocho, cujas características a aproximam tipologicamente da do Barreiro e da de Chã de Santinhos 2.

Também a sul do Douro, trabalhos recentes de Fernando Silva e de Eduardo Jorge Silva (na esteira da nossa escavação da mamoa de Gestosa, em Gaia, sobre a qual nos interrogamos hoje se terá contido alguma vez qualquer estrutura interna de tipo sub-megalítico, como antes admitíamos, ou tão simplesmente um anel lítico central a rodear a área sepulcral — Jorge, 1984) vêm dar dados muito interessantes para a problemática destas mamoas não megalíticas no Norte de Portugal, sem dúvida em parte contemporâneas das que continham dólmenes. No fundo, o facto de haver ou não estruturas internas, ou destas serem aéreas (pequenos dólmenes, eventualmente cistas) ou subterrâneas (fossas ou poços) seria menos importante do que a circunstância de se tratar de enterramentos selados, eventualmente individuais ou de poucas pessoas, evidenciados no solo por uma mamoa; nesse sentido vão também algumas sugestões de Sanches *et alii* em trabalho acima citado (1992). O grande «corte» com essa tradição ter-se-ia dado aquando da construção de monumentos especificamente concebidos como locais de enterramento colectivo, relativamente espaçosos, e muitas vezes providos de corredor, a que adiante aludiremos. Nestes se previa um acesso de elementos do grupo, mesmo que apenas em ocasiões especiais, à morada mortuária, o que está com certeza ligado a profundas transformações na concepção da relação vivos-defuntos e em toda a ideologia social que regulava a conceptualização da morte.

A partir de finais do IV.^o, inícios do III.^o milénio a.C., deve ter-se verificado no Norte de Portugal a ascensão de elites, capazes de congregar os esforços das tradicionais comunidades, dispersas, para a construção de túmulos de relativamente grandes dimensões, com ou sem corredor. Na Serra da Aboboreira, monumentos como Chã de Parada 3 (Silva, 1985)¹

¹ Obtivemos recentemente uma datação pelo C14 para o topo do solo antigo subjacente à mamoa 3 de Chã de Parada (Aboboreira), a qual pode marcar o momento da construção desse grande monumento, com câmara poligonal sem corredor e esteios

ou como Outeiro de Ante 1 (Jorge, 1980/81) representam já um muito maior investimento de energia do que era habitual nas restantes mamoaas. O segundo megálito indicado, de ampla câmara aberta a nascente, teria exigido uns 185 dias de trabalho para a edificação do *tumulus*, que tem c. de 20 m. de diâmetro, e uma centena de indivíduos para poderem deslocar alguns (pelo menos) dos esteios até ao local. O primeiro destes valores representa um aumento de energia de c. de sete vezes em relação à mamoa 2 de Meninas, enquanto que o segundo implica uma quantidade de pessoas envolvidas na construção da câmara cinco vezes maior, sempre em referência àquele pequeno e, com probabilidade, mais antigo dólmen. No entanto, nunca será demais acentuar que estes cálculos são meras aproximações grosseiras da realidade.

A mamoa 1 de Outeiro de Ante domina a paisagem da chã em que se insere, não só pelas suas grandes dimensões, como pela sua colocação num ponto relativamente elevado (assenta num afloramento), fazendo com que os outros monumentos do mesmo núcleo ainda ali existentes (n.ºs 2 e 3) pareçam seus satélites. É ainda para nós um problema saber como se reutilizaria uma câmara que tudo indica ter sido feita para enterramento colectivo (apesar do magro espólio encontrado), a qual, não possuindo corredor, tinha, como dissemos, uma entrada evidente. É bem possível que, nestes casos, o «fecho» da mamoa pelo lado nascente se tivesse feito apenas numa fase última de utilização do sepulcro (tal como acontecia com os dólmenes de corredor, quando eram inutilizados por estruturas «de condenação»), embora essas alterações ou acrescentos arquitectónicos possam não ter deixado vestígios ao nível arqueológico.

profusamente pintados: 3.120 +/- 100 anos a.C. (Gif-8289; 5.070 +/- 100 anos B.P.) (um nível mais profundo do solo antigo, com carvões, foi datado pelo C14 de 4.960 +/- 70 anos a.C. — Gif-8290; 6.910 +/- 70 anos B.P.) (v. Jorge, 1988/89). Trata-se porém de uma única data, que terá de ser confirmada no futuro. Diga-se de passagem que, *a priori*, julgaríamos este dólmen um pouco mais recente, mais próximo no tempo do monumento n.º 1 — único túmulo de corredor da necrópole da Aboboreira (Jorge e Bettencourt, 1988; Jorge *et alii*, 1992) — do que do n.º 4 do mesmo núcleo, o qual, contrariamente ao que indicavam as primeiras datações obtidas no LNETI, parece agora que se deverá situar em torno de 3.000 a.C (datas C14 recentemente obtidas: para o topo do solo antigo, no sector Oeste: CSIC-823 — 4.910 +/- 50 anos B.P., ou seja, 2.960 +/- 50 anos a.C.; para a lareira do sector norte, igualmente ao nível do topo do solo antigo: CSIC-822 — 4.970 +/- 50 anos B. P., ou seja, 3.020 +/- 50 anos a.C. Dada a disparidade destas datas relativamente às do LNETI (que apontavam para os meados do IV.º milénio a.C.) foi feita uma datação-teste em Groningen, para carvões da lareira do sector norte, com o seguinte resultado: GrN-17433 — 5.055 +/- 40 anos B. P., ou seja, 3.105 +/- 40 anos a.C. Esta data parece estar mais em consonância com as de Madrid do que com as de Sacavém.

Se ainda hoje monumentos da necrópole da Aboboreira, como Outeiro de Ante 1 (o topónimo, atribuído à elevação contígua àquela mamoa, é significativo), são pontos de referência na paisagem da Serra, tanto para quem ali passa como para os habitantes locais (a referida mamoa está ao lado de um caminho carreteiro muito utilizado por quem atravessava a pé o *plateau*, e de uma linha de água que, para norte, adquire certa dimensão), natural é que, no Neolítico Final, eles funcionassem como «lugares centrais» de culto, em sítios cenicamente propícios, onde se poderia reunir bastante gente, para assistir a cerimónias que ali se desenrolariam. O que é que teria levado certos núcleos a constituírem-se (uma vez que também existem mamoa isoladas, como Mina do Simão, na Aboboreira, por ex.), ou a tornarem-se nitidamente mais importantes do que outros, por possuírem monumentos dominantes, como — para continuar com exemplos da Aboboreira — Outeiro de Ante 1, Chã de Parada 3 ou Chã de Parada 1? Possivelmente porque tais locais representavam a «terra dos mortos» de alguns grupos ou fracções da comunidade que puderam ou souberam criar os excedentes indispensáveis e rodear-se de aderentes, constituindo equipas capazes de erguerem obras desse vulto. Parecem estar aqui implicados, em inter-relação íntima, um processo de intensificação económica, de maior coesão social (ou, se quisermos, de ampliação da escala dos grupos) e de procura de legitimação de elites emergentes através da ostentação pública de meios, desviados da «subsistência» para o plano do simbólico. Está aqui em causa, cremos, um fenómeno de integração, sob a égide de certos indivíduos, famílias, ou linhagens, de grupos que antes viveriam em estado de maior autosuficiência e de autarcia, grupos esses que agora se unem (mesmo que apenas temporariamente) para a realização de certas construções. Mas, ao mesmo tempo e por via disso, ter-se-ão criado esquemas de liderança e de poder novos, que permitiriam alianças mais amplas, circulação de informações a maior distância, redes, mesmo que muito embrionárias, de troca, etc. Trata-se, supomos, de um processo de incremento da desigualdade social, desigualdade entre grupos (com emergência de alguns ligados aos túmulos mais imponentes) e desigualdade entre pessoas adentro do mesmo grupo. De facto, provavelmente só entre os homens mais velhos de certa(s) linhagem(s) do grupo se recrutariam os que teriam a capacidade de chefia para planear e comandar a execução de certas obras, desde os aspectos técnicos aos simbólicos, claramente atestados na «arte megalítica». Esta «arte», onde é difícil isolar «temas», e cuja variabilidade é notória (apesar de certas recorrências), tem todo o aspecto de ser o «suporte gráfico» de um saber esotérico, de um discurso mitológico que estaria vedado a parte (senão mesmo à maior parte) dos elementos do grupo. Destinados a preencher as paredes interiores dos sepulcros, estes grafismos

eram, com frequência, nitidamente mais complexos à medida que «se aproximavam» da parte interna da câmara, com destaque para a laje de cabeceira ou esteios próximos, onde muitas vezes ocorrem as composições mais elaboradas ou os símbolos de maior expressividade (veja-se o caso bem conhecido do dólmen de Antelas, em Oliveira de Frades — Beira Alta —, por ex.). É que um «saber», em termos sociais, só se constitui e só tem valor enquanto fonte de poder, factor de partição entre os que a ele acedem e aqueles a quem ele (pelo menos na sua versão mais completa ou mais complexa) está vedado: uma informação que é conhecida de todos torna-se, de algum modo, neutra, porque é uma carta já lançada na mesa do «jogo social»; — para controlar é preciso saber-se algo mais do que aquele ou aqueles a quem se controla. Mas essa mais-valia não pode aparecer aos olhos dos «dominados» como uma usurpação, tal como a extracção de mais-valias económicas tem de surgir como natural, absolutamente inquestionável, na consciência dos que, pelo seu trabalho, as produzem. É bem sabido que para haver diferenças de poder, mesmo que embrionárias (reportamo-nos a sociedades que consideramos fracamente hierarquizadas), o factor decisivo é a sua aceitação pelos que são objecto desse poder. Outro elemento não menos importante é a crença, por parte das elites, de que a acção que exercem não é uma discriminação, mas um papel social imprescindível, uma «missão» fundamental ao cumprimento de certos desígnios do grupo. Quem controla fá-lo tanto melhor, tanto mais convincentemente, quanto pensa que o está a fazer «para bem dos controlados»; o melhor actor é o que se identifica completamente com o seu papel. Este é o «contrato» implícito de qualquer poder, mesmo (ou sobretudo) emergente, o de uma espécie de «ilusão» comungada por ambas as partes, liderantes e liderados, sejam aqueles, por ex., os homens em relação às mulheres, ou os homens mais velhos *versus* os mais novos, ou certas linhagens em relação a outras. Essa «ilusão» consiste em ambas as partes se reverem no mesmo «espelho deformante» que torna a situação vivida como a única possível, apresentando-se o sistema como totalmente abrangente, não sendo conceptualizável qualquer alternativa «fora do sistema», ou, se quisermos, fora do campo de sentidos existente. Não se trata de algumas pessoas «alienarem» a sua liberdade; trata-se delas nascerem, viverem e morrerem *sem poderem* pensar que a têm (de facto, só nós hoje é que imaginamos que elas a têm, o que resulta da projecção da nossa situação na delas). Por isso se torna absurdo e simplista querer utilizar um raciocínio linear, de causa e efeito, para explicar a origem ou o incremento da «desigualdade social», deslindar o seu «motor primário», nem que seja recorrendo à ideia de uma causalidade «em última instância»; a questão, como tal, praticamente não tem sentido, é como interrogarmo-nos sobre o que existiu primeiro, a galinha

ou o ovo. Só modelos de causalidade sistémica, que dêem conta da interacção, em cada momento, de variadíssimos factores, poderão «explicar» a mudança social no sentido da complexidade e, especificamente, da hierarquização. Entificar um desses factores como «causa primeira» seria imaginar um momento mítico, em que o relógio da história seria regulado para a «hora zero», quando verdadeiramente o que em cada momento se passa, na realidade concreta, é uma interligação de factores, em que ora um é (ou parece ser) preponderante, ora outro, não sendo verosímil que ao longo de um certo tempo a mesma «instância» (se é que este mesmo conceito de «instância» isolável das restantes não é já uma arbitrariedade) exerça o mesmo papel, ou tenha sempre o mesmo peso, no jogo da mudança social. Este o grande desafio de uma arqueologia social crítica: o de encarar o passado como uma realidade aberta às mais diversas explicações, sem ecletismos nem dogmatismos apriorísticos, mas com uma atitude suficientemente maleável para explorar todos os ângulos de perspetivação, suficientemente elástica para passar constantemente dos modelos aos «dados», e dos «dados» aos modelos.

Revertendo aos dólmenes do Norte de Portugal, e especificamente aos dólmenes de corredor, é hoje evidente que, para além da sua função de túmulos, mais «colectivos» do que as pequenas câmaras simples, eles eram dispositivos para a encenação de uma diferença, para o estabelecimento de um «segredo». Diferença entre o interior (câmara, corredor) com os corpos e oferendas aí depositados, com os grafismos aí inscritos (arte parietal), com os muito prováveis ritos aí realizados — os quais se poderiam manter inacessíveis à maior parte dos observadores —, e o exterior, particularmente a zona fronteira à entrada, em cujos «átrios» se cumpririam outros momentos rituais, e eventualmente se depositariam outros tipos de objectos. Estamos a lembrar-nos, em particular, de monumentos da Galiza, como Parxubeira, Argallo, Axeitos, ou Dombate, em cujas áreas defronte da entrada do corredor ocorreram «ídolos» ou «estelas» com carácter mais ou menos antropomórfico, que reforçam a ideia de que essas áreas externas do monumento (as quais certamente estariam em foco durante a realização de ritos que preludiassem ou se seguissem à entrada de alguns «oficiantes» na câmara funerária), tinham um significado religioso importante. No Norte de Portugal podem ter-se dado fenómenos comparáveis, bastando pensar nos dispositivos em «fachada» que parecem ter rodeado certos «átrios» fronteiros aos corredores (os quais, em momentos ulteriores, viriam a ser inutilizados pela junção, à mamoa original, dos volumes que lhe confeririam a forma final, ovóide ou elíptica, que chegou até nós). Num dos mais interessantes desses monumentos, o de Madorras 1, em Sabrosa (escavado por Huet Gonçalves, e ainda lamentavelmente inédito), ocorreu, na zona diante do corredor,

um grande seixo rolado com restos de pintura, que pode ter tido uma função «cultural» aproximável à dos objectos galegos antes mencionados. E outros indícios existem que vão no mesmo sentido, tanto no Norte propriamente dito, como na Beira Alta; o que é preciso é proceder à escavação cuidadosa de mais dólmens de corredor (sobretudo quando este é curto, e não atingia a periferia da mamoa), com atenção específica a esta área estratégica dos túmulos, ou seja, a que se encontrava diante dos corredores.

Uma das diferenças importantes entre um dólmén fechado e uma câmara aberta, particularmente a provida de corredor, permitindo a circulação entre o interior e o exterior do túmulo, é que esta última tinha um ponto focal onde convergia a atenção dos assistentes das cerimónias ali praticadas. Uma mamoa redonda, com a sua câmara interna, promoveria a reunião de pessoas em círculo, caso elas ali se juntassem para lembrar a memória dos mortos, ou antepassados, definitivamente selados na sepultura. Uma mamoa um pouco mais alongada, mas sobretudo provida de um átrio, faria com que o olhar da multidão se concentrasse nesse eixo, que era também o do corredor. Assim se constituiria, permita-se-nos a expressão, como que um «palco», no qual elementos de uma elite poderiam realizar certas «performances» religiosas, certos de que se encontrariam bem no centro das atenções. Tendo inclusivamente a possibilidade de entrar no sepulcro e de aí realizar actos que não estariam à vista da assistência, tais elementos da elite encenariam assim, perante todos, o discurso da sua própria supremacia, representariam a «peça» que reforçava a sua liderança, e tanto mais quanto os «mortos» (qualquer que fosse a representação que deles se elaborasse) localizados na sepultura fossem considerados seus ascendentes em linha directa (ao mesmo tempo que «antepassados» de toda a comunidade convocada para assistir).

Se nas fases mais antigas dos enterramentos assinalados por mamoas considerámos que a maioria da população não seria depositada neste tipo de túmulos, com muito maior razão o pensamos agora, para o período que se estende ao longo de todo o III.º milénio, em que os dólmens de corredor clássico (isto é, com câmara e corredor mais ou menos bem diferenciados) foram sendo reutilizados. O enterramento das pessoas «comuns» seria feito em sepulturas simples, talvez em fossa ou entre penedos, não sendo de excluir uma eventual reutilização de pequenos dólmens mais antigos, em casos excepcionais. Também não devemos descartar a possibilidade de, ao longo do III.º milénio, se terem continuado a construir monumentos dolménicos de dimensões modestas, que poderiam destinar-se a líderes de grupos hierarquicamente secundários.

Num momento indeterminado do III.º milénio a.C. — talvez durante a segunda metade — erguem-se no Norte do país construções que

apresentam uma nítida tendência para a indiferenciação planta/corredor. Essa indiferenciação não se nota apenas ao nível da planta, como no caso do dólmen da Barrosa (Âncora) ou no de Santa Marta (Penafiel), mas também, por vezes, no que toca ao alçado. Muito próximo do litoral, o monumento da Eireira (Afife), escavado por E. J. Silva, é um caso paradigmático deste tipo de construções; de facto, todos os seus esteios se encontram ao mesmo nível, isto é, têm todos uma altura muito semelhante. Para além disso, e de diversas gravuras existentes neste megálito, é de ressaltar que um dos ortostatos próximos da entrada possui uma gravura antropomórfica, de grandes proporções, como nunca até então encontráramos na figura humana pintada ou insculpida nos dólmens; esta é normalmente de diminutas dimensões, encontrando-se por vezes enquadrada em cenas (Juncais) ou em composições complexas (Antelas) (Jorge e Jorge, 1991). Assim, aquele esteio da Eireira quase se apresenta, no seu conjunto, como uma «estela», em que o simbolismo antropomórfico é evidente e dominante.

Este tipo de monumentos parece corresponder, no nosso país, a uma tendência geral do megalitismo tardio europeu, em que se enquadram as áleas cobertas, os dólmens em V, as sepulturas de entrada lateral, e certas pseudo-áleas cobertas do Sul de França ou da Catalunha, por ex., tendência essa que consiste no alargamento desmesurado da câmara em relação ao corredor ou, até, no desaparecimento deste. Os espaços sepulcrais tornam-se imensamente espaçosos, permitindo, em alguns exemplares europeus, a segmentação interior do sepulcro, provavelmente para a individualização dos sepultados. Num caso francês foi possível sugerir que se trataria de uma grande sepultura colectiva destinada a pessoas ligadas por estreito parentesco (Scarre, 1984).

São monumentos, no caso setentrional português (mesmo aqueles cuja indiferenciação só afecta a planta), que parece terem tendência para ocorrerem relativamente isolados na paisagem, longe das necrópoles nuclearizadas tradicionais e junto a bons terrenos de cultivo, no que contrastam também muito com aquelas. Apesar de serem apenas uma variante, aparentemente evolucionada, dos dólmens de corredor, é bem possível que marquem, pelo seu tipo de localização, uma certa ruptura na tradição. Tal ruptura consubstanciar-se-ia na sua implantação em áreas habitualmente não afectas ao mundo dos mortos, de cota baixa, o que pode estar em relação com uma expansão das comunidades «megalíticas» para zonas de vale, em relação com uma eventual intensificação agrícola, e/ou possível diversificação de recursos naturais explorados. Se os megá-litos eram marcas territoriais (centrais ou assinalando «fronteiras»), o seu maior espaçamento poderia indicar uma «malha» mais larga dessa rede de espaços ocupados, pelo menos por parte de comunidades instaladas

em zonas «novas», quiçá antes florestadas, ou por alguma razão menos interessantes para os povoadores do Neolítico Médio/Final.

Qualquer que tenha sido a época em que foram construídos os dólmenes de corredor descritos — clássicos, ou indiferenciados (estes últimos, na sua versão mais monumental, alongada, curiosamente inexistentes na Galiza) — a verdade é que, como dissemos, muitos deles terão sido reutilizados ao longo do III.º milénio, isto é, durante o Neolítico Final e boa parte do Calcolítico. Um sinal seguro disso é a presença (provavelmente datável a partir dos finais do III.º milénio), de cerâmica campaniforme em muitos deles, frequentemente de estilo marítimo (e suas variantes), como acontece, por ex., em Chã de Parada 1 (Aboboreira). Esse tipo de artefacto, tão padronizado, apesar das referidas variantes regionais (estas não impedem a sua identificação imediata por qualquer arqueólogo, mesmo que encontre apenas um pequeno fragmento cerâmico) mostra bem como as elites locais tinham estabelecido redes de contacto à distância, através das quais podiam fluir informações e objectos de prestígio. Cada vez mais será sobre o controlo desses circuitos, que teriam também grande importância económica, e sobre a utilização desses bens conferidores de *status*, que repousará o poder emergente dos líderes, e não tanto sobre as encenações religioso-funerárias ligadas às grandes construções tradicionais, envolvendo investimento colectivo de energia.

No entanto, não nos precipitemos na generalização. Um importante monumento da necrópole da Aboboreira, que acaba de ser alvo de um estudo monográfico (Cruz, 1991, inédito), a mamoa 1 da Chã do Carvalhal (ou da Cruz de Ferro) revelou uma pequena cista megalítica, em cujas imediações (terras resultantes de violação) se encontraram vasos campaniformes dos mais diversos estilos, incluindo o inciso, de tipo Ciempozuelos. Entretanto, as terras in situ do *tumulus* (que é de relativo grande porte, ostenta um anel lítico simbólico, e está construído segundo as técnicas tradicionais das mamoas em terra com revestimento de couraça lítica) revelaram cinco pontas de tipo Palmela e dois punhais de lingueta, todos de cobre. Adentro do espaço de 1 h. envolvente deste monumento, determinado segundo o método de definição dos «territórios de utilização preferencial», encontra-se a estação do Tapado da Caldeira, onde foram detectados vestígios de um povoado campaniforme (Jorge, S., 1980; idem, 1986).

Pela mesma época genérica — inícios do II.º milénio, ou, mais precisamente, c. de 1.800 a.C. —, já durante os inícios da Idade do Bronze Antigo, poderá ter sido construída, num dos pontos mais altos da «Serra» da Aboboreira, a mamoa 4 de Meninas do Crasto (Jorge, 1983), um monumento baixo apenas constituído por pequenas pedras, em vez de terra (ou seja, um *cairn*), rodeado por um anel exterior de lajes de porte

«megalítico». Deve ter contido uma (ou mais) cista(s), e entre o seu espólio revelou uma espiral em prata, que se articula bem com a Idade do Bronze Antigo a que pertence.

Cairns tardios foram também agregados a espaços onde tradicionalmente já existiam mamoadas megalíticas (isto é, núcleos), como é o caso de Outeiro de Gregos 1 (Jorge, 1980), igualmente pertencente à primeira metade do II.º milénio a.C. (embora talvez um pouco posterior aos monumentos citados). Encerrava uma pequena cista poligonal (na qual foi igualmente encontrada uma espiral em prata); mas a sua faceta mais *sui generis* era a existência de um pavimento envolvendo o *cairn*, pavimento esse que se prolongava para leste em forma sub-trapezoidal, de modo a incluir uma estrutura periférica possivelmente de carácter cultural. Contrastando com as mamoadas 2 e 3 do núcleo de Outeiro de Gregos em que se integra, situadas em ponto destacado da chã, este *cairn* foi nitidamente implantado (tal como as mamoadas 4 e 5 do mesmo núcleo) numa área periférica da paisagem ritual ali criada, quase como se se pretendesse que ele passasse despercebido. A explicação mais simples que desde logo ocorre (como mera hipótese de trabalho, é evidente), é que as elites que utilizavam estas sepulturas tardias, se bem que quisessem localizar os respectivos «antepassados» no espaço comunitário tradicional (como que pretendendo legitimar-se com o recurso a essa sacralidade ancestral), pretendiam ao mesmo tempo demarcar-se do sentido antigo dado a esse cenário. A «diferença» em relação às pessoas comuns fazia-se agora menos por referência a toda uma monumentalidade e carga simbólica, próprias, por ex., dos dólmenes de corredor, e mais por objectos que acompanhavam o morto e marcavam para sempre, no «segredo» do sepulcro individual, a sua radical condição superior. Com estas mutações no sentido do «cenário», o que é certo é que necrópoles como a da Aboboreira (que, nesse aspecto, não deve ser caso isolado) mostram uma pervivência de perto de 2.000 anos.

Nos inícios da segunda metade do II.º milénio a.C., porém, uma mutação importante se terá dado nos hábitos e ritos funerários, como parece atestar a necrópole do Tapado da Caldeira (a qual afectou os restos do povoado campaniforme antes referido) (Jorge, S., 1980), eventualmente correspondente a uma das primeiras fases de ocupação do povoado contíguo da Bouça do Frade (Jorge, S., 1988). Naquela necrópole, aparentemente as sepulturas já não estavam assinaladas no terreno por um *tumulus*. O ritual de enterramento, que já antes (Bronze Antigo) teria passado de colectivo a, de novo, individual, perderia agora (Bronze médio), definitivamente, a referência comunitária, na medida em que o sítio da sepultura, contendo um vaso de prestígio (não, curiosamente, uma jóia ou arma), se tornaria invisível aos vivos. A realidade social

tinha-se tornado de tal modo hierarquizada que já não necessitaria da legitimação da morte para se afirmar: a marcação das diferenças estaria a cargo de outros sinais, expressos noutros «cenários».

O panorama que acabamos de descrever, além de muito vago, dada a escassez da nossa informação, é ainda, em larga medida, hipotético, constituindo apenas um quadro de referências para fomentar e motivar a pesquisa. De facto, se esta não for movida por um decidido empenho em «reconstituir» as sociedades, globalmente consideradas, e os processos que presidiram à sua mudança, não passa de um arquivo de erudições bloqueador da inteligência e adequado a espíritos culturalmente impotentes. Para ultrapassar esse estado de coisas, que tem presidido mesmo a certos estudos da Pré-história portuguesa de melhor qualidade (isto é, àqueles raros trabalhos de análise em que nos podemos fiar, dada a idoneidade moral e científica dos seus autores), tem de haver um certo sentido do risco, que se não pode confundir com a libertação descontrolada da imaginação. A atitude que tentamos assumir pretende ser, de facto, o oposto da tacanhez descritiva e do delírio literatizante, ambos faces da mesma moeda, que é a do subdesenvolvimento científico em que durante muito tempo vivemos.

Um ponto de que nunca nos poderemos esquecer é que um cemitério, qualquer que seja o seu grau de padronização a todos os níveis, espelha a faceta ideal em que uma sociedade se projecta, e não, necessariamente, a realidade de tal sociedade. Ao longo do nosso texto incorremos, sem dúvida, muitas vezes em simplismo, ao querer inferir directamente da materialidade dos túmulos para a estrutura e dinâmica das sociedades que os construíram ou utilizaram. Estamos conscientes de tal facto, mas pensamos que se trata de uma etapa incontornável no caminho para hipóteses mais atentas à variabilidade do registo arqueológico e à sua ambiguidade em termos sociais e simbólicos. Para progredir, precisamos de objectivar as nossas intuições, não as fazendo passar por certezas, ou mesmo hipóteses bem escoradas, mas procurando novos, e se possível mais ricos, sentidos para os dados. Admirar-nos-íamos tanto com o facto dessas intuições serem inteiramente confirmadas nos próximos anos, como com a circunstância de não virem entretanto a aparecer elementos inéditos e diversificadas formas de os abordar, com toda a probabilidade contraditórios entre si.

Neste esforço sempre renovado para ordenar a realidade, é menos importante conseguir erguer o rochedo até ao alto da montanha, do que obter, em cada momento do trajecto, uma visão mais ampliada da paisagem. Mesmo depois do rochedo cair e tudo voltar a começar de novo; porque nunca há um recomeço igual ao anterior.

Porto, Janeiro de 1992.

Referências

- Cruz, D. (1986), Escavação da mamoa do «Monte da Olheira» (Serra da Aboboreira — Baião), *Arqueologia*, 13: 125-139.
- Idem (1991), *A Mamoa 1 de Chã do Carvalhal no Contexto Arqueológico da Serra da Aboboreira e da Pré-história Recente do Norte de Portugal*, Fac. de Letras da Univ. de Coimbra (polic.).
- Jorge, S. (1980), A estação arqueológica do Tapado da Caldeira — Baião, *Portugalia*, nova ser., I: 29-50.
- Idem (1986), *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves — Vila Pouca de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP.
- Idem (1988), *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, GEAP.
- Jorge, V. (1979), Escavação das mamoas 2 e 3 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira, Baião), *Rev. de Guimarães*, LXXXIX: 251-264.
- Idem (1980), A mamoa 2 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira — Baião), *Rev. de Guimarães*, XC: 191-209.
- Idem (1980), Escavação da Mamoa 3 de Outeiro de Ante (Serra da Aboboreira — Baião), *Actas Seminário Arqueologia Noroeste Peninsular*, Guimarães, I: 41-69.
- Idem (1980), Escavação da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira — Baião), *Portugalia*, nova sér., I: 9-28.
- Idem (1980/81), Escavação da Mamoa 1 de Outeiro de Ante. Serra da Aboboreira — Baião, *Setúbal Arqueológica*, VI-VII: 85-115.
- Idem (1983), Escavação das mamoas 2 e 4 de Meninas do Crasto. Serra da Aboboreira, Baião, *Arqueologia*, 7: 23-39.
- Idem (1983), Escavação da Mamoa 2 de Cabritos (Serra da Aboboreira — Amarante), *Arqueologia*, 8: 24-36.
- Idem (1984), Escavação da Mamoa de Gestosa (Sandim, Vila Nova de Gaia), *Gaya*, 2: 19-38.
- Idem (1984), Escavação da Mamoa da Mina do Simão (Serra da Aboboreira — Amarante), *Arqueologia*, 9: 3-21.
- Idem e R. Vilaça (1985), As mamoas de Cabritos (Serra da Aboboreira), *Arqueologia*, 11: 51-66.
- Idem *et alii* (1986), Escavação da Mamoa 3 de Meninas do Crasto. Serra da Aboboreira (Baião), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXVI, 1/4: 75-93.

- Idem e A. Bettencourt (1988). Sondagens arqueológicas na Mamoa 1 de Chã de Parada (Baião, 1987), *Arqueologia*, 17: 73-118.
- Idem (1989), Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, *Revista da Faculdade de Letras*, II.^a sér., VI: 365-443.
- Idem e S. Jorge (1991), Figurations humaines préhistoriques du Portugal: dolmens ornes, abris peints, rochers graves, statues-menhirs, *Le Mont Bego* (Colloque International), Pré-Actes, I: 391-433, e *Revista da Faculdade de Letras*, II.^a Sér., VIII: 341-384.
- Idem *et alii* (1992), Novas escavações na Mamoa 1 de Chã de Parada — Baião, Serra da Aboboreira, 1990, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXII: 173-200.
- Sanches, M. J. (1987), A Mamoa 3 de Pena Mosqueira, Sanhoane (Mogadouro), *Arqueologia*, 15: 94-115.
- Idem *et alii* (1987), A Mamoa do Barreiro. *Um tumulus* do Leste de Trás-os-Montes, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXVII: 89-112.
- Idem (1989), 5 datas de C14 para a Pré-história recente do Leste de Trás-os-Montes, *Arqueologia*, 19: 114-115.
- Idem *et alii* (1992), Mamoa 2 de Pena do Mocho — um tumulus provido de uma estrutura central em «poço» (Sanhoane, Mogadouro), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXII: 201-234.
- Scarre, C. (1984), Kin-groups in Megalithic burials, *Nature*, 311: 512-513.
- Silva, F. (1985), Escavação da Mamoa 3 de Chã de Parada — Serra da Aboboreira, concelho de Baião, 1982-1983, *Arqueologia*, 11: 39-51.